

# 2016

## PROPOSTA ORÇAMENTAL PARA O ANO 2016 CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



### ANO FINANCEIRO 2016

APROVAÇÕES	
CÂMARA MUNICIPAL	ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## Índice

### PROPOSTA ORÇAMENTAL

- INTRODUÇÃO.....	3
- ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.....	4
- ENQUADRAMENTO .....	4
- POLITICA ORÇAMENTAL .....	5
- ANÁLISE GLOBAL ORÇAMENTAL .....	6
- ORÇAMENTO INICIAL COMPARATIVO .....	7
- DESPESA - .....	8
COMPOSIÇÃO .....	8
DESPESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....	9
DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL.....	10
DESPESA DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
- RECEITA - .....	11
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO 2016 - .....	13
ENQUADRAMENTO .....	13
- PARTICIPADAS - .....	15
- PASSIVOS CONTINGENTES - .....	10
- CONTROLO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - .....	10
MAPAS DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO .....	18



**- INTRODUÇÃO-**

Em cumprimento da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, o estabelecido nas alíneas c) do n.º 1 do art.º 33.º e a) do n.º 1 do art.º 25º, são a seguir apresentadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Castelo Branco para o ano 2016, para apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Os documentos previsionais para 2016, são constituídos pelas Grandes Opções do Plano (GOP), que se subdividem em Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR), Orçamento para 2016 e restantes documentos, incluindo Mapa de Pessoal.

Deste modo, os documentos previsionais para 2016, têm por objetivo:

- Prosseguir uma estratégia de rigor e controlo das finanças da autarquia, de modo a garantir a manutenção da saúde financeira da Autarquia;
- O desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
- Criar as condições para a continuidade da realização dos projetos municipais, tirando o máximo de aproveitamento das oportunidades de cofinanciamento.

Adicionalmente, importa referir que a construção do presente orçamento está limitada pela ausência de uma proposta de Orçamento de Estado para 2016.



Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a large signature on the left, a signature with the name 'António' and 'proprietário' written below it, and several other signatures and initials scattered across the page.



## ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Os documentos previsionais para 2016 apresentam-se na sua arquitetura e nos seus conteúdos e objetivos sem alterações significativas em comparação ao ano transato, cumprindo as determinações legais sobre a matéria, tendo como classificação orgânica do Orçamento para 2016 e respetivos códigos de responsável, pela execução de projetos e ações das GOP a seguinte:

**Quadro – Classificação orgânica das unidades nucleares de Câmara**

<b>Classificação Orgânica</b>	<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Código do Responsável</b>
0101	Assembleia Municipal	AM
0102	Câmara Municipal	CM
0103	Operações Financeiras	OF
02	Departamento de Administração Geral	DAG
03	Departamento Técnico Operacional	DTO

### - ENQUADRAMENTO -

Os documentos previsionais apresentados assentam no contexto legal de elaboração, segundo o Decreto Lei nº 54-A/99, de 12 de fevereiro, que aprovou o POCAL, com as alterações da legislação posteriores, bem como o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atrasos – LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que define os procedimentos necessários à aplicação da Lei, que determinam os fundos disponíveis para a realização de compromissos no prazo de três meses.

De referir que os documentos previsionais do Município de Castelo Branco, foram elaborados, no que consiste as transferências do Orçamento de Estado, designadamente os valores a transferir para a autarquia (FEF, FSM, participação no IRS), de acordo com os valores do ano transato 2015, tendo em conta que os Municípios para cumprimento do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, têm que apresentar a Proposta de Orçamento até 31 de outubro, não sendo à data da sua elaboração conhecido o Orçamento de Estado para 2016, pelo que não são conhecidos os valores das transferência para as Autarquias, a realizar no ano 2016.

## POLÍTICA ORÇAMENTAL

Na sequência do mandato autárquico que surgiu na sequência do processo eleitoral em 2013, o Executivo Municipal tem demonstrado, na sua atividade, um projeto coerente e sólido de desenvolvimento do Concelho, em estreita articulação com os cidadãos, empresas e instituições e assente numa estratégia bem definida de médio e longo prazo.

Nesse sentido, e de forma a consolidar o trabalho a desenvolver, este Executivo apresentou um conjunto de documentos (Estratégia de Desenvolvimento do Concelho, Castelo Branco 2030 e Plano Desenvolvimento Turístico) que elenca e prioriza objetivos de atuação, otimizando instrumentos disponíveis e mobilizando-os na perspetiva do contributo para os objetivos globais de desenvolvimento do concelho, assente em 4 Eixos fundamentais:

- Promoção do Desenvolvimento Territorial e Funcional
- Afirmação da Competitividade, Inovação e Internacionalização
- Estruturação da Atratividade Valorizando o Capital Patrimonial e Natural
- Construção de uma Forte Atratividade Baseada na Excelência Obtida na Coesão Social

Assim, para 2016, o Executivo define um Orçamento equilibrado, mantendo uma estrutura de despesa corrente e de capital, que lhe permitirá desenvolver uma forte política em diferentes áreas:

- **Desenvolvimento urbano e ordenamento do território**, com capacidade de investimento em todo o Concelho, garantindo a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes;
- **Economia**, assumindo proatividade na consolidação do agroalimentar, na valorização da atividade turística, na dinamização do comércio/serviços e na projeção da criatividade e inovação como fator de criação de emprego e de retenção de jovens no Concelho;
- **Inclusão Social**, nas intervenções junto de grupos mais desfavorecidos, numa perspetiva de combate à pobreza, valorização das diversidade e da intergeracionalidade;
- **Cultura**, reforçando a política cultural já existente, visando a distinção do Concelho nesta área e articulando-a com outros vetores estratégicos da política desenvolvida (Criatividade e Turismo).



## Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016

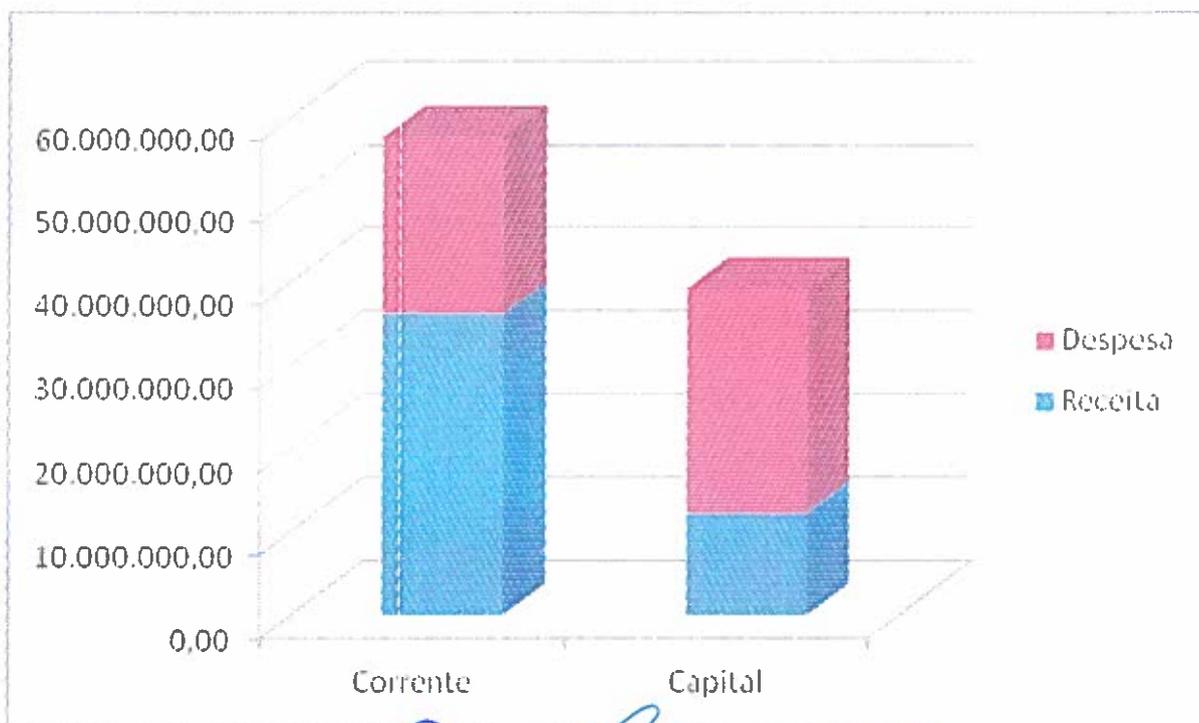
Por conseguinte, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2016 refletem, naturalmente, o conjunto de ações que se preveem desenvolver, de forma a atingir os objetivos propostos e que assenta em iniciativas que abrangem as seguintes áreas:

- Indústria, empreendedorismo e inovação
- Turismo
- Urbanismo
- Ambiente e Sustentabilidade
- Potencial Humano
- Comunidades rurais
- Modernização administrativa e serviços públicos

### ANÁLISE GLOBAL ORÇAMENTAL

Os montantes apurados e inscritos no orçamento, foram calculados seguindo as regras definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

O valor global do orçamento de 2016 foi calculado em 49.131.043 euros, estando a receita e a despesa de acordo com as normas previstas no POCAL, sendo a despesa corrente inferior a receita corrente, o que permite canalizar grande parte da receita corrente para financiar despesas de capital.

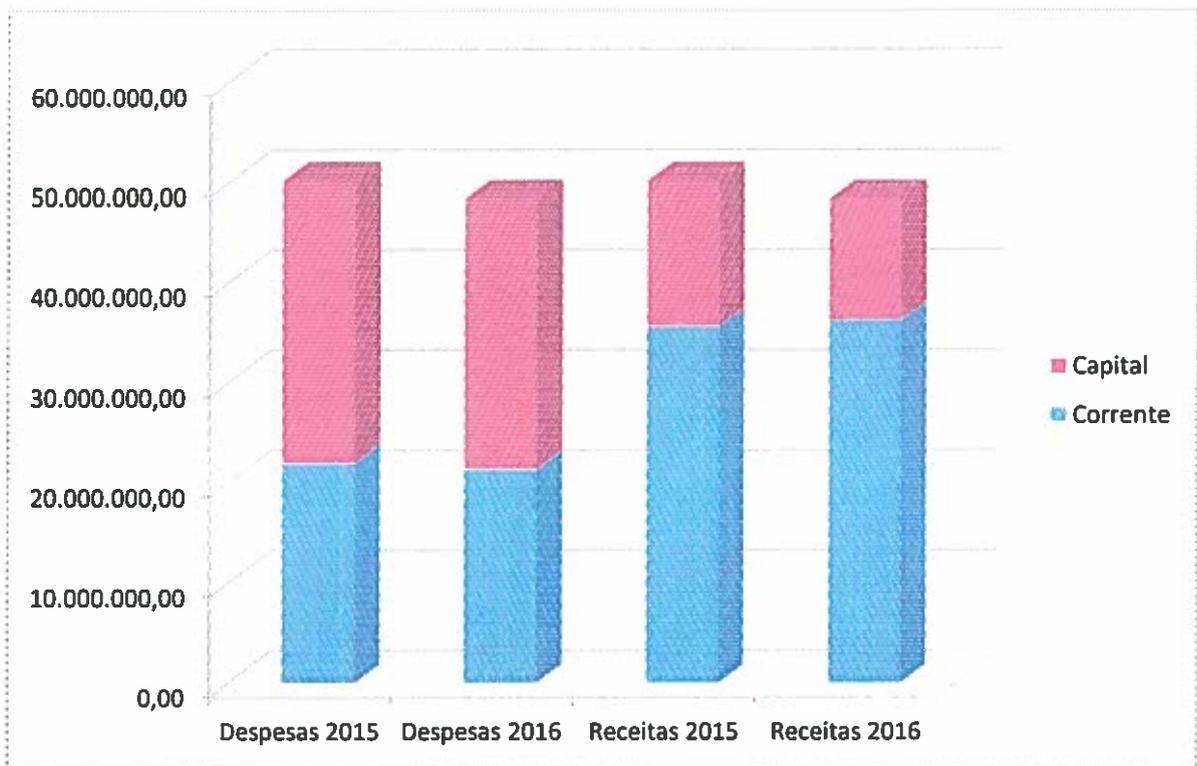


## Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016

Interessa referir que face ao ano anterior, este orçamento apresenta uma redução de 1.084.091 € euros, resultado de uma tentativa por parte deste executivo de ajustar o orçamento o mais possível à realidade da autarquia, no sentido de conseguir obter níveis de execução mais elevados.

Assim, procurou-se com este orçamento, apresentar um rigor que conduza a uma execução orçamental acentuada, baseando-se os cálculos em previsões prudentes e fiáveis.

### ORÇAMENTO INICIAL COMPARATIVO



*[Handwritten signatures and notes in blue ink]*

to 23  
Partes  
proprietária

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

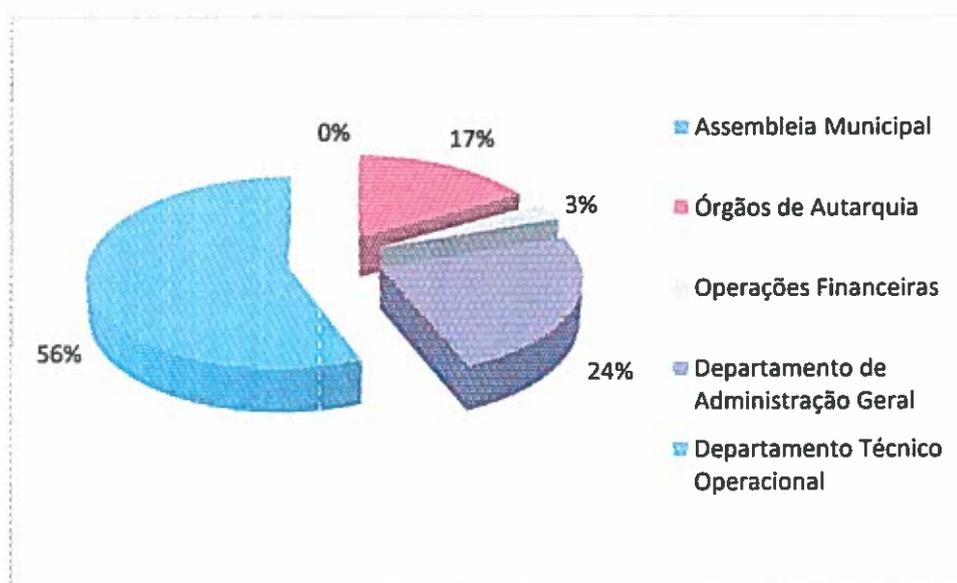


- DESPESA -

COMPOSIÇÃO

Com base na desagregação dos montantes orçamentados por orgânica, temos como principal fonte de despesa as atividades da Câmara Municipal (97%), a qual se decompõe em 56 % (DTO), 24% DAG e 17% (OA), a despesa com operações financeiras representa apenas 3% do total, tendo a Assembleia Municipal um peso meramente residual.

Composição da Despesa por Classificação Orgânica



À semelhança dos anos anteriores, o orçamento para 2016, caracteriza-se por um grande esforço na realização de investimentos que se verifica pelo peso das despesas de capital no total das despesas que em 2016 representam 57% do total da despesa, representado a despesa corrente 43% do total da despesa.

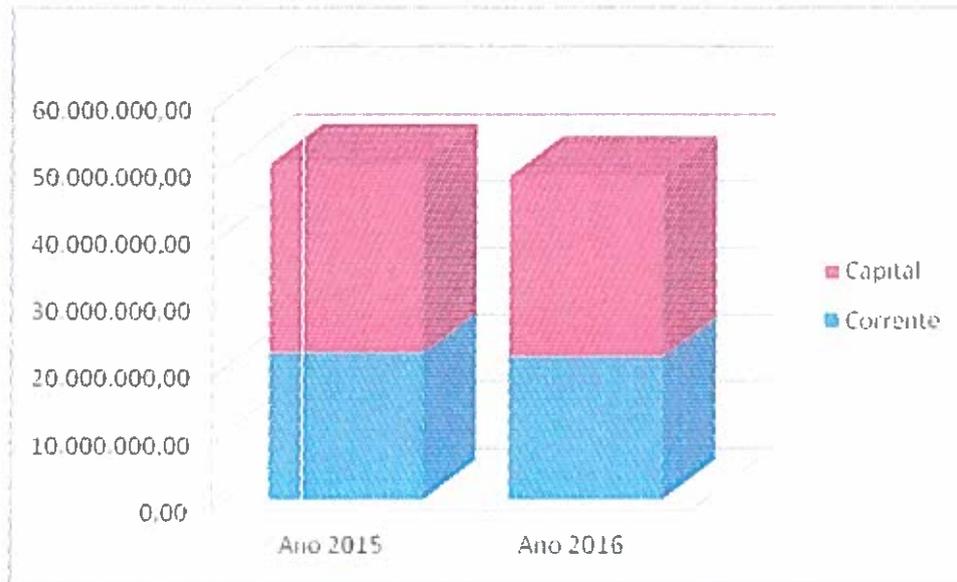
*[Handwritten signature]*  
14/12/2015  
Rafael  
93/10/15  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

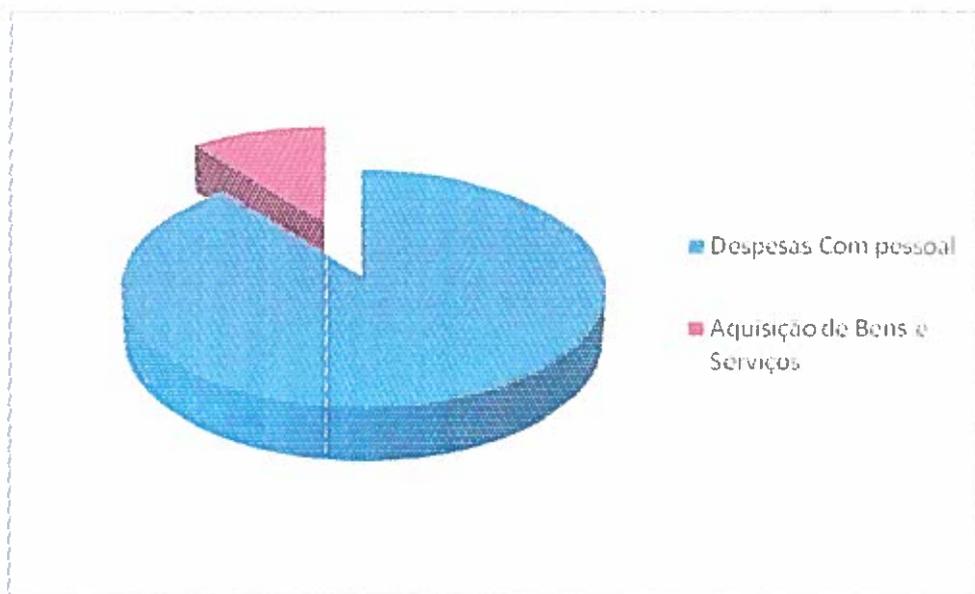


Composição da Despesa



DESPESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O valor total orçamentado para a despesa da Assembleia Orçamental é de 46.279 euros, sendo o mesmo distribuído apenas nas rubricas de despesas com pessoal e de aquisições de bens e serviços.



*[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]*



## DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL

Conforme se verifica no quadro seguinte, as rubricas com maior peso no orçamento municipal de 2016 são as Despesas Aquisição de Bens de Capital (Investimentos) a Aquisição de Bens e Serviços e ainda e as despesas com Pessoal.

Despesa		
<b>Corrente</b>		
Despesas com o pessoal	7 972 129	16,23%
Aquisição de bens e serviços	9 688 750	19,72%
Juros e outros encargos	100 250	0,20%
Transferências correntes	2 752 500	5,60%
Subsídios	510 000	1,04%
Outras despesas correntes	262 500	0,53%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>21 286 129</b>	<b>43,33%</b>
<b>Capital</b>		
Aquisição de bens de capital	23 762 182	48,36%
Transferências de capital	2 438 000	4,96%
Activos financeiros	394 732	0,80%
Passivos financeiros	1 250 000	2,54%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>27 844 914</b>	<b>56,67%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>49 131 043</b>	

## DESPESA DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende-se nesta rubrica os montantes destinados ao pagamento dos empréstimos bancários e juros.

Despesa	Valor
Juros e encargos	100 250
Amortização	1 250 000
<b>TOTAL</b>	<b>1 350 250</b>

Optou-se por considerar o mesmo valor de juros e amortizações que no ano 2015, em virtude de até à data de finalização do orçamento as entidades bancárias ainda não terem disponibilizado a previsão de encargos financeiros para o ano 2016.

Salienta-se também que não se encontra prevista receita com Passivos Financeiros, pelo que o pagamento da amortização de capital irá corresponder a uma redução efetiva do endividamento bancário.

Município de Castelo Branco  
Pág.10

- RECEITA -

Para efeitos de apuramento da receita no orçamento de 2016 foram seguidos todos os princípios previstos no POCAL, e por todas as disposições legais aplicáveis, nomeadamente:

**Regras previsionais utilizadas na elaboração do Orçamento**

<b>POCAL - PONTO 3.3</b>	As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração;
	As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações;
	Até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, a considerar neste último orçamento, não podem ultrapassar as constantes do Orçamento do Estado em vigor, atualizadas com base na taxa de inflação prevista;
	As importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato;
	As importâncias previstas para despesas com pessoal devem considerar apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta o índice salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, por efeitos da progressão de escalão na mesma categoria, e aquele pessoal com contratos a termo certo ou cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento;
	No orçamento inicial, as importâncias a considerar nas rubricas 'Remunerações de pessoal' devem corresponder à da tabela de vencimentos em vigor, sendo atualizada com base na taxa de inflação prevista, se ainda não tiver sido publicada a tabela correspondente ao ano a que o orçamento respeita.
<b>Orçamento de Estado para 2015 Artigo 253</b>	Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.
<b>Lei 73 / 2013</b>	<b>Regra do Equilíbrio Orçamental:</b>  Receita Corrente >= que o total da despesa corrente acrescida dos encargos com amortização de empréstimos de Médio e Longo Prazo

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Handwritten signatures in blue ink]*



## Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016

Conforme se verifica no quadro seguinte, as Rubricas de Receita com maior expressão são as transferências correntes, as transferências de capital e os impostos directos, que no seu conjunto representam 80,23% do total da receita orçamentada.

<b>Receitas</b>		
<b>Correntes</b>		
Impostos directos	8 671 624	17,65%
Impostos indirectos	367 188	0,75%
Taxas, multas e outras penalidades	151 708	0,31%
Rendimentos da propriedade	1 867 550	3,80%
Transferências correntes	18 962 846	38,60%
Venda de bens e serviços correntes	4 845 035	9,86%
Outras receitas correntes	1 867 883	3,80%
<b>Total Receita Corrente</b>	<b>36 733 834</b>	<b>74,77%</b>
<b>Capital</b>		
Venda de bens de investimento	449 931	0,92%
Transferências de capital	11 780 778	23,98%
Activos financeiros	5 000	0,01%
Outras receitas de capital	11 500	0,02%
Reposições não abatidas nos pagamentos	150 000	0,31%
<b>Total Receita Capital</b>	<b>12 397 209</b>	<b>25,23%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>49 131 043</b>

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.



**- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO 2016 -**

**Enquadramento**

Os documentos previsionais obrigatórios são as GOP e o Orçamento, Elaborados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado no D.L. n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

- Grandes Opções do Plano (GOP);
- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Atividades Mais Relevantes (AMR);

Ainda que o Decreto-Lei n.º 54-A/99 apenas refira a obrigatoriedade de apresentar o PPI, considera-se importante evidenciar as AMR, com estrutura idêntica à do PPI, sendo que as GOP agregam o PPI e as AMR.

- As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica.

- O Plano Plurianual de Investimentos, o qual tem um horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos/ações, financiados por despesas de investimentos (código POCAL 07 – Aquisição de Bens de Capital), constituindo a globalidade dos investimentos a realizar pelo município de Castelo Branco no ano 2016 e seguintes.

- As Atividades Mais Relevantes que englobam todas as restantes despesas, com exceção das despesas incluídas, no PPI e das despesas consideradas de funcionamento corrente, serviço da dívida com empréstimos e Passivos Financeiros, adotando a mesma estrutura do PPI.

As GOP integram, assim, a globalidade das atividades a desenvolver no ano de 2016 e nos anos seguintes, incluindo os projetos/ações do PPI e as atividades consideradas mais relevantes. Este documento permite de modo agregado por Objetivo e por Programa o conhecimento do plano anual de atividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis, os quais tem ligação direta ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

Conforme já demonstrado nos quadros anteriores o orçamento de 2016 é marcado por um forte investimento municipal direto, garantindo todas as competências do município para com cidadãos e a atividade económica.



## Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016

### Mapa das Grandes Opções do Plano 2016

Designação da Obra	Valor 2016	%
<b>Objetivo 1 - Funções Gerais</b>		
Programa 001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração Geral	644 200,00	1,94%
Programa 003 - Segurança Ordem Pública - Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	50 000,00	0,15%
<b>TOTAL DO OBJETIVO 1</b>	<b>694 200,00</b>	<b>2,09%</b>
<b>Objetivo 2 - Funções Sociais</b>		
Programa 001 - Educação - Ensino não Superior	245 000,00	0,74%
Programa 003 - Saúde - Segurança e Acção Social	740 500,00	2,23%
Programa 004 - Habitação e Serviços Colectivos - Habitação	828 000,00	2,49%
Programa 005 - Ordenamento do Território	5 648 611,00	17,00%
Programa 009 - Protecção do Meio Ambiente e Protecção da Natureza	730 000,00	2,20%
Programa 010 - Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos-Cult.	1 051 000,00	3,16%
Programa 011 - Desporto Recreio e Lazer	2 890 000,00	8,70%
Programa 012 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	100 000,00	0,30%
<b>TOTAL DO OBJETIVO 2</b>	<b>12 233 111,00</b>	<b>36,82%</b>
<b>Objetivo 3 - Funções Económicas</b>		
Programa 001 - Indústria e Energia	625 000,00	1,88%
Programa 003 - Transportes Rodoviários	5 072 401,00	15,27%
Programa 004 - Comércio e Turismo - Mercados e Feiras / Turismo	3 746 470,00	11,28%
Programa 005 - Outras Funções Económicas - Instalação e Modernização dos Serviços Autárquicos	2 940 000,00	8,85%
Programa 006 - Transportes Aéreos	789 000,00	2,37%
<b>TOTAL DO OBJETIVO 3</b>	<b>13 172 871,00</b>	<b>39,65%</b>
<b>Objetivo 4 - Outras Funções</b>		
Programa 001 - Operações da Dívida Autárquica	1 340 000,00	4,03%
Programa 002 - Transferências entre Administrações	1 575 000,00	4,74%
Programa 003 - Diversos não especificados	4 207 732,00	12,67%
<b>TOTAL DO OBJETIVO 4</b>	<b>7 122 732,00</b>	<b>21,44%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>33 222 914,00</b>	<b>100,00%</b>

Desagregando as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016, temos que as funções sociais e funções económicas representam 76,47% do total, demonstrando a política encetada pelo executivo nestas áreas.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top left and several others below it.



- PARTICIPADAS -

A Câmara Municipal de Castelo Branco possui participações em entidades sobre as quais exerce controlo nos termos do artigo 75º da Lei 73/2013, as quais de acordo com o estipulado na alínea c) do art.º 46 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, estão apresentadas no mapa seguinte, onde se apresentam as entidades participadas, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

**MAPA DE ENTIDADES PARTICIPADAS**

Entidade	Tipo	Percentagem
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	100%
Terras da Beira Baixa - Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial de Castelo Branco, EM/SA	Empresa Municipal/S.A. com Participação Maioritariamente Pública	96%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA	Empresa Municipal	100%
CATAA - Assoc. Centro Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	Associação Privada sem Fins Lucrativos / utilidade pública	94%
Inovcluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro	Associação de Direito Privado e Interesse Público	0,595%
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Empresa privada / mista	6%
InovaPark - Centro Empresarial e Logístico de Castelo Branco, S.A.	Empresa privada / mista	25%



**- PASSIVOS CONTINGENTES -**

De acordo com o art.º 46 da Lei 73/2013, de 3 de setembro é obrigatória a divulgação dos passivos contingentes, ou seja de obrigações presentes (legal ou construtiva) como resultado de acontecimento passado e que ainda não sejam dívida e que não tenham sido reconhecidas como provisões por não ser possível prever se irá conduzir a um pagamento e ou estimar o seu valor.

No quadro seguinte sumariza-se os passivos contingentes derivados de processos em contencioso de acordo com a informação prestada pelo apoio jurídico externo ao município:

Lista de Acções intentadas contra o Município de Castelo Branco

(Em curso no ano de 2015)

N. do Processo	Tribunal	Autor	Tipo de Acção	Estado da Acção	Valor da Acção
170/14.0TBCTB	Judicial Castelo Branco	Isão Manuel Oudei Caldera	Expropriação	Em recurso	45.000,00€
368/05.0BECTB	TAF <sup>1</sup>	Bebo & Outros	Peduto de indemnização incêndio	Encontra-se no TCA-Sul <sup>2</sup>	323.983,00€
394/14.0BECTB	TAF	Strong - Seguradora, S.A	Acção Processo de Contencioso Pré - Contratual	Em recurso para STA	30.000,01€
192/15.4BECTB	TAF	Anibal Pinto Carvalho	Acção Administrativa Comum	Contestada	767.996,26€
1095/18.8T9CTB	Jud. Central - Secção Cível - II	Isão Manuel da Cruz Valente	Acção Processo Comum	Contestada	200.000,00€
705/09.8FECTB	TAF	Porto Editora	Administrativa especial de profissão conexa com actos administrativos	Pendente	30.000,00€

<sup>1</sup> Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco

<sup>2</sup> Tribunal Central Administrativo do Sul



**- CONTROLO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL -**

Os instrumentos que o Município irá aferir para controlo da sua execução orçamental, irão assentar em:

- Execução Orçamental – Despesa;
- Execução Orçamental – Receita;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Estes documentos permitirão o acompanhamento da atividade municipal, permitindo a avaliação prévia da necessidade de alterações e/ou revisões orçamentais.

Castelo Branco, 27 de Outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Manuel dos Santos Correia



MAPAS DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

~~\_\_\_\_\_~~  
João Carlos  
Gomes  
[Signature]

[Signature] [Signature]

[Signature]

